



EKTTO9 SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

CNPJ nº 28.438.777/0001-51 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

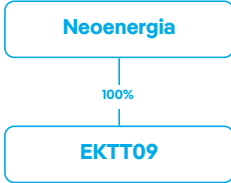
Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2023, a EKTTO9 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A EKTTO9 SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

A EKTTO9 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 30 de junho de 2022, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2022 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes subestações de transmissão: instalação de transmissão localizada no estado de Minas Gerais e São Paulo, compostas pela Linha de Transmissão LT 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4, LT 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3, LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2, LT 440 kV Araraquara 2 - Araraquara, LT500 kV entre a SE Nova Ponte 3 e a LT 500 kV Itumbiara - Nova Ponte, interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para setembro de 2027.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4 CI/C2	Simplex	500	204	01/08/2024	30/09/2052
LT 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3 CI/C2	Simplex	500	264	01/01/2025	-
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 CI/C2	Simplex	500	294	01/01/2025	-
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 C3	Simplex	440	11	01/04/2024	-
Seccionamento da LT 500 kV Itumbiara - Nova Ponte - CI na SE Nova Ponte 3	Duplo	500	21	01/08/2023	-

3.2. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas			
Subestação	Tensão (kV)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE 500 kV Nova Ponte 3	500	01/01/2025	30/09/2052

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos			
Linha de Transmissão/Subestação	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2022 (R\$ Mil)*	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2023 (R\$ Mil)*
LT 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4 CI / C2	-	-	-
LT 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3 CI/C2	-	-	-
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 CI/C2	-	-	-
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 C3	1%	59.588	3%
Seccionamento da LT 500 kV Itumbiara - Nova Ponte - CI na SE Nova Ponte 3	-	-	100.942
SE 500 kV Nova Ponte 3	-	-	-

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP (Receita Anual Permitida) é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$360.000.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Linhas de Transmissão e Subestações em construção - Características Financeiras						
Linha de Transmissão/Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degradação da RAP	Mês base reajuste de Correção	Índice de Correção
LT 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4 CI/C2	100%	80.064	80.064	2028	Junho	IPCA
LT 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3 CI/C2	-	123.048	123.048	-	-	-
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 CI/C2	-	129.168	129.168	-	-	-
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 C3	-	6.516	6.516	-	-	-
Seccionamento da LT 500 kV Itumbiara - Nova Ponte - CI na SE Nova Ponte 3	-	10.368	10.368	-	-	-
SE 500 kV Nova Ponte 3	-	10.836	10.836	-	-	-

* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2023	2022	Variação	
	R\$	R\$	R\$	%
Receita líquida	172.587	71.579	101.008	141%
MARGEM BRUTA	172.587	71.579	101.008	141%
Custos de construção	(136.089)	(59.588)	(76.501)	128%
Custos dos serviços	(238)	-	(238)	0%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(739)	-	(739)	0%
- Despesa Operacional	(137.066)	(59.588)	(77.478)	130%
EBITDA	35.521	11.991	23.530	196%
Depreciação	(8)	-	(8)	0%
Resultado Financeiro	(1.091)	157	(1.248)	-795%
IR/CS	(11.703)	(4.114)	(7.589)	184%
LUCRO LÍQUIDO	22.719	8.034	14.685	183%

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 172.587 mil, 141% vs. 2022 e -R\$ 137.066 mil, 130% vs. 2022, respectivamente, explicadas pela evolução da obra ao longo de 2023.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 35.521 mil, aumento de 196%, em relação ao ano de 2022.

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 1.091 mil em 2023 (-795% vs. 2022). A variação é devida principalmente pelo aumento de encargos financeiros sobre dívida, reflexo da captação que ocorreu ao longo de 2023.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2023 de R\$ 22.719 mil, um aumento de 183% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2023, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 555.763 mil (dívida líquida R\$ 38.963 mil).

Em dezembro de 2023, a Companhia contava com 100% da dívida bruta contabilizada no curto prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia EKTTO9, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia EKTTO9 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia EKTTO9.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia EKTTO9 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022			
(Valores expressos em milhares de reais)			
	Notas	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	514.368	1.187
Instrumentos financeiros e derivativos	-	2.442	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.1	318	16
Outros tributos a recuperar	-	2	-
Concessão do ativo público (ativo contratual)	9	54.194	-
Adiantamento a fornecedores	-	291.936	-
Outros ativos	-	2.662	2.586
Total do circulante		865.922	3.789
Não circulante			
Depósitos judiciais	-	9.353	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	214.860	78.875
Intangível	-	278	-
Total do não circulante		224.491	78.875
Total do ativo		1.090.413	82.664
Passivo Circulante			
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	10	267.938	2.987
Empréstimos e financiamentos	11.2	555.763	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	10	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	-	624	-
Tributos sobre o lucro a recolher	-	2	-
Outros tributos a recolher	7.2	2.177	132
Outros passivos circulantes	-	6.675	-
Total do circulante		833.187	3.121
Não circulante			
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	16.947	4.076
Outros tributos a recolher	7.2	24.887	7.296
Outros passivos	12	1.587	136
Total do não circulante		53.604	11.508
Patrimônio líquido	13		
Atribuído ao acionista da Companhia	-	203.622	68.035
Total do patrimônio líquido		203.622	68.035
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.090.413	82.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. 1.1.4. **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez. 1.1.5. **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Originada da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes de não recebimento de valores faturados de clientes e contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2023.

<i>Rating</i> s de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA

1.2. **Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Risco de engenharia	28/11/2023 a 30/01/2025	80.000
Catástrofes naturais	21/12/2023 a 30/01/2025	3.245.709
Seguro Garantia	05/09/2020 a 30/12/2027	370.341

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. **Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 6 de fevereiro de 2024. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. **Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a. 2.4. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3	Receita operacional líquida
7.1.2	Tributos diferidos passivos
14.2	Concessão do serviço público (ativo contratual)
14.2	Estimativa do valor justo

2.5. **Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	3	172.587	71.579
Custos	-	(136.327)	(59.588)
Custos de construção	4	(136.089)	(59.588)
Custos dos serviços	5	(238)	-
Lucro bruto		36.260	11.991
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(747)	-
Lucro operacional		35.513	11.991
Resultado financeiro		(1.091)	157
Receitas financeiras	6	6.211	157
Despesas financeiras	6	(3.481)	-
Outros resultados financeiros, líquidos	6	(3.821)	-
Lucro antes dos tributos		34.422	12.148
Tributos sobre o lucro		(11.703)	(4.114)
Corrente	7.1.1	-	(38)
Diferido	7.1.1	(11.703)	(4.076)
Lucro líquido do exercício		22.719	8.034
Lucro básico e diluído por ação do capital - R\$:	13.2	0,01	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	22.719	8.034
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa	(10)	-
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(10)	-
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa	3.446	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(1.168)	-
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	2.278	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido	2.268	-
Resultado abrangente do exercício	24.987	8.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Lucros Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.001	-	402	5.724	1.908	-	68.035
Aumento de capital	110.600	-	-	-	-	-	110.600
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.719	22.719
Outros resultados abrangentes	-	2.268	-	-	-	-	2.268



operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2023:** Em 2023, não houve nenhuma alteração e/ou adoção de novas normas e interpretações que trouxessem impactos relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/CPC 26	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito das Demons- trações Finan- ceiras no final do período de reporte de definir a liquidação do passivo du- rante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicio- nalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/CPC 6 (R2), Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o ven- dedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/CPC 3, Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, <i>Reverse factoring</i> , <i>Confirming e/</i> ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de di- vulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativas listadas acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2023	2022
Construção de infraestrutura da concessão	177.378	78.722
Remuneração do ativo contratual	12.801	153
Receita operacional bruta	190.179	78.875
(-) Deduções da receita bruta	(17.592)	(7.296)
Receita operacional líquida	172.587	71.579

3.1. Deduções da receita bruta

	2023	2022
Tributos gerais		
PIS e COFINS - diferidos	(17.592)	(7.296)
Total	(17.592)	(7.296)

3.2. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16% a.a. e 17% a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5% a.a. e 11,0% a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2023	2022
Pessoal	(2.801)	(20)
Material	(43.460)	(50.878)
Serviços de terceiros	(73.030)	(8.517)
Outros	(16.729)	(173)
Total	(136.089)	(59.588)

5. CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Custos dos serviços		
Pessoal e benefícios a empregados	(238)	(439)
Serviços de terceiros	-	(300)
Amortização	-	(8)
Total	(238)	(747)
Outras receitas e despesas gerais e administrativas		
Pessoal e benefícios a empregados	(439)	(677)
Serviços de terceiros	(300)	(300)
Outros	(8)	(8)
Total	(747)	(985)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	6.514	166
PIS e COFINS sobre receita financeira	(303)	(9)
Despesa financeira		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(3.476)	-
Outras despesas financeiras	(5)	-
(3.481)		
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(2.808)	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(1.004)	-
Perdas com variações cambiais e monetárias	(9)	-
(3.821)		
Resultado financeiro, líquido	(1.091)	157

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconhecimento dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	34.422	12.148
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(11.703)	(4.130)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Outras adições permanentes	-	16
Tributos sobre o lucro	(11.703)	(4.114)
Alíquota efetiva	34%	34%
Corrente	-	(58)
Diferido	(11.703)	(4.076)

7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos:

	IR/CSLL	2023	2022
Ativo			
Prejuízo fiscal e base negativa		599	-
Provisão participação nos lucros e resultados		77	-
Outros		34	-
Total diferenças temporárias - ativo		710	-
Passivo			
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato		(17.657)	(4.077)
Total diferenças temporárias - passivo		(17.657)	(4.077)
Tributos sobre o lucro diferidos passivos, líquido		(16.947)	(4.076)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(4.076)	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(11.703)	(4.076)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(1.168)	-
Saldo final do exercício	(16.947)	(4.076)

7.1.3. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento crítico sobre a identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2. Outros tributos a recolher:

	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	4	-
Programa de Integração Social - PIS ⁽¹⁾	4.472	1.302
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ⁽²⁾	20.647	1
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	1.849	6.125
Outros	92	-
Total outros tributos a recolher	27.064	7.428
Passivo circulante	2.177	132
Passivo não circulante	24.887	7.296

(1) Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	42	1.083
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	39.714	-
Fundos de investimento	474.612	104
514.368	1.187	

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,5% do CDI (100,3% em 31 de dezembro de 2022). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2023	2022
Carteira		
Fundos exclusivos	474.612	104
Operações compromissadas	474.612	104

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos colistas para garantir essas obrigações.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2023	2022
Saldo do ativo contratual		
Circulante	54.194	-
Não circulante	214.860	78.875

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	78.875	-
Receita de construção	177.378	78.722
Remuneração do ativo contratual	12.801	153
Saldo final do exercício	269.054	78.875

9.1. Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que: De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

10. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E CONTRATOS DE CONVÊNIO

	2023	2022
Material e serviços	267.938	2.987
Total	267.938	2.987
Circulante	267.938	2.987

Operações de desconto de títulos ou Risco Sacado: Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ("passivo original"), não havendo postergação substancial de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira. A partir do exercício de 2023, a Companhia também passou a utilizar uma plataforma 100% digital (Antecipa Fácil) para viabilizar essas transações. A plataforma é gerenciada por uma empresa parceira, não parte relacionada da Companhia. O fornecedor acessa a plataforma e inclui suas faturas performadas que deseja antecipar. Antecipa Fácil, por sua vez, aciona várias instituições financeiras para realização de um leilão reverso e posterior definição de custo para o fornecedor e qual instituição que fará a antecipação. O pagamento do título é realizado pela Companhia para o fornecedor original em conta-bancária consignada, informada pela plataforma.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor das obrigações está apresentado como segue:

	2023	2022
Plataforma Antecipa Fácil	104	-
Total	104	-
Circulante	104	-
Prazo médio de pagamento	60 dias	-

10.1. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os fornecedores, contas a pagar a empreiteiro e obrigações a pagar de contratos de convênio são passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 14.4). A Companhia avalia se cessão dos títulos altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o credor original. Se a cessão altera substancialmente as características qualitativas e quantitativas do passivo financeiro original (Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros), a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ("Empréstimos e financiamentos"), e reconhece eventual ganho/perda no resultado do exercício. Se o passivo original não foi substancialmente modificado e a contraparte recebedora do pagamento foi alterada, a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ("Obrigações a pagar de contratos de convênio"). As cessões dos títulos que não alteram substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional ou de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Para determinar se houve alteração substancial nas características qualitativas a Companhia avalia, principalmente, eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de default usualmente observadas em contratos de dívidas. No tocante as características quantitativas a Companhia avalia se houve modificação do prazo de pagamento superior a 3 (três) vezes o prazo usual negociado para fornecedores da mesma categoria e se houve alteração maior do que 10% no valor justo do passivo em relação às condições originais.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

11.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor ao seu acionista, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2023	2022
Empréstimos bancários e financiamentos bancários	555.763	-
Empréstimos e financiamentos	555.763	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(2.432)	(1.187)
(-) Títulos e valores mobiliários	(514.368)	-
Dívida líquida	11.963	(1.187)

11.2. Empréstimos e financiamentos: As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Euro ("€"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda

	2023
Denominados em EUR \$	555.763
Indexados a taxas fixas	555.763
Circulante	555.763

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida: A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽²⁾ derivativos	Total
2024	550.010	63.439	(1.112)
Total	550.010	63.439	(1.112)

⁽¹⁾ O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2023 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 0,92 anos.

c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações

	2023
Saldo inicial do exercício	-
Efeito no fluxo caixa:	
Captações	550.000
Encargos incorridos	2.954
Variação cambial	2.809
Saldo final do exercício	555.763

d) Política Contábil: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

11.3. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza swaps, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 13.7.

a) Ativos e Passivos dos derivativos no balanço patrimonial

	2023
Contratados para proteção de dívidas:	2.442
Swap de moeda - EUR \$ vs R\$	-
Contratados para proteção de outras operações:	(10)
Risco de câmbio - Produtos e serviços	-
Exposição líquida	2.432
Ativo circulante	2.442
Passivo circulante	(10)
A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de hedge (" <i>hedge accounting</i> "), conforme demonstrado abaixo:	2023



EKTT09 SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **14.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **14.6. Métodos e técnicas de avaliação:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando a curva dos títulos da Companhia. **14.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2023 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui

instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes. Os programas a seguir são designados para contabilidade de hedge e classificados como hedge de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Valor justo	
	2023	Vencimento (Ano)	2023	
Swap EUR \$ pré vs R\$ pós				
Ativo	€ 103.947		564.697	
Passivo	R\$ 557.288	2024	(562.256)	
Exposição líquida			2.441	

14.8. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. - **Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição		Impacto	
				(Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Euro	Euro			(555.763)	(564.877)	(84.732)	(169.464)
Swap Ponta Ativa em Euro	€	Alta do Euro	5,00	564.697	573.956	86.093	172.186
Exposição Líquida				8.934	9.079	1.361	2.722

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição		Impacto	
				(Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	514.326	59.040	(8.856)	(17.712)
Passivos financeiros							
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	11,65%	(562.255)	(69.730)	(10.460)	(20.919)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

CONTADOR

Tiago Donatti Furigo
CRC-SP-338760/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da EKTT09 Serviço de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da EKTT09 Serviço de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EKTT09 Serviço de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com

base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2024.



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC n° 2 SP 011609/O-8 "F"RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC n° 1RJ 093376/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 08/02/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/02/08/EKTT091574313308022024.pdf>

Hash: 1707335052001e90e3905e44b88ccf3c2e743d161b3